

RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.199 - MS (2013/0298266-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **MAURO MARQUES DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **NILTON SILVA TORRES E OUTRO(S)** - MS004282
NAYMI SALLES FERNANDES SILVA TORRES - MS014087
RECORRIDO : **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**
ADVOGADOS : **MARCO ANDRÉ HONDA FLORES E OUTRO(S)** - MS006171
ANDRÉA GOLEGÃ ABDO - MS009596
RECORRIDO : **MAURIEN KFOURI DE LIMA**
ADVOGADO : **NILTON CEZAR DE OLIVEIRA TERRA** - SP189946

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MAURO MARQUES DE OLIVEIRA, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 248):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR SUSCITADA EM CONTRAMINUTA NÃO CONHECIDA POR AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO PONTO LEVANTADO - PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS - MÚLTIPLAS CONSTRIÇÕES SOBRE O MESMO BEM - CONCURSO ESPECIAL, ART. 613 DO CPC - ORDEM DE LEVANTAMENTO DETERMINADA DE ACORDO COM O ART. 711 DO CPC - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO POR AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE E NÃO PROVIDO.

Não se conhece de preliminar suscitada em contraminuta quando sua fundamentação não foi objeto de impugnação no recurso.

Por afronta ao princípio da dialeticidade, não se conhece de razões recursais que não se associam com os fundamentos lançados na decisão agravada.

Configura-se concurso especial previsto no art. 613 do CPC, quando há múltiplas constrições sobre o mesmo bem, em penhora no rosto dos autos, as quais deverão seguir a ordem de levantamento determinada pelo art. 711 do CPC.

Recurso parcialmente conhecido e não provido.

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos (e-STJ, fls. 263/270).

Em suas razões (e-STJ, fls. 272/283), o recorrente aponta ofensa aos seguintes dispositivos legais:

(i) art. 535, I e II, do CPC/1973, diante de alegada omissão do Tribunal de origem uma vez que "(i.) não se demonstrou onde se encontraria a ofensa à dialeticidade, (ii.) tampouco se fundamentou acerca da suposta ordem de preferência, (iii.) infringindo a ordem cronológica das penhoras -, donde o ora Recorrente opôs embargos declaratórios, com o fito de sanar tais vícios e prequestionar o texto legal" (e-STJ, fls. 277/278), e

(ii) arts. 612 e 711 do CPC/1973, ao argumento de que "a r. decisão recorrida privilegia credor comum com penhora posterior - em que pese não existir título de preferência - em expressa ofensa aos arts. 612 e 711, In fine, do CPC" (e-STJ, fl. 279), afirmando ainda que "resta incontestável não existir concurso de credores no presente feito, eis que não estão

presentes todos os credores da exequente-recorrida, e tampouco está reunido todo seu patrimônio no feito executivo" (e-STJ, fl. 280), razão pela qual "mostra-se impositivo que se apliquem corretamente a Lei e a jurisprudência, para que se faça prevalecer a ordem das penhoras (art. 612 e 711, CPC), REFORMANDO-SE O JULGADO e determinando-se o pagamento conforme as datas das constrições" (e-STJ, fl. 282).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 290/313).

Decisão de admissibilidade do recurso pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 315/316).

É o relatório.

Decido.

O recurso foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Da violação do art. 535, I e II, do CPC/1973

Não há falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos e suficientes para o julgamento do recurso, especificamente ao dispor que: a) tendo apenas determinado o levantamento dos valores penhorados, inviável a irrisignação apresentada quanto aos próprios valores, ante a ofensa ao princípio da dialeticidade, e b) o pagamento/levantamento dos valores penhorados deve observar a ordem prevista no art. 711 do CPC.

Assim, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação do referido dispositivo.

Não se constata, portanto, omissão a ser sanada, pois a Corte local decidiu a matéria controvertida de forma motivada, ainda que contrariamente aos interesses da parte.

Da violação dos arts. 612 e 711 do CPC/1973

O Tribunal de origem analisou decisão judicial exposta nestes termos (e-STJ, fls. 250/251):

Passo a determinar a ordem de levantamento dos valores penhorados no rosto dos autos.

Com efeito, dispõe o art. 711 do CPC que, concorrendo vários credores, a ordem de levantamento dos valores em espécie observará a existência título legal de preferência e quanto aos demais, a anterioridade de cada penhora.

Sobre a ordem de preferencialidade, é assente no STJ que os créditos trabalhistas sobrepõem-se a todos os demais, inclusive aos de natureza alimentar e os que estão garantidos por penhora antecedente.

De outro vértice, entre os demais credores quirografários, consoante também entendimento já consolidado, os créditos relativos à honorários advocatícios, quer contratuais ou sucumbenciais, possuem natureza alimentar e detém privilégio geral em

concurso de credores, independentemente da ordem cronológica das penhoras realizadas.

Desta feita, na ordem desses apontamentos e atento que no caso dos autos existe um crédito preferencial (crédito trabalhista em quitação, saldo remanescente fls. 445) e créditos de natureza alimentar (honorários advocatícios - fls. 245, 297 e 306), considerando, ainda, em relação aos demais credores a ordem cronológica das penhoras realizadas, determino o levantamento dos valores das penhoras realizadas no rosto destes autos seguindo-se a seguinte ordem:

1) Justiça do Trabalho (fls. 82/83), em quitação, no valor atualizado de R\$ 2.388,96, referente a saldo remanescente (fls. 445). Expeça-se guia de transferência de tais valores, adotando-se aos procedimentos já realizados nos autos.

Em segundo, considerando que existem nos autos 3 credores com crédito de natureza alimentar, os quais são preferenciais face aos demais credores quirografários, o critério de ordem de levantamento em relação a eles obedecerá a anterioridade da penhora, cuja ordem será a seguinte:

2) Juizado Especial local (fls. 245), no valor atualizado de R\$ 2.765,94, conforme cálculo apresentado às fls. 430. Expeça-se a competente guia de tais valores em favor do credor, atentando-se aos poderes outorgados ao advogado, em sendo o caso.

3) 2º Vara Cível (fls. 297), no valor de R\$ 54.150,61, valor esse relativo à execução de honorários contratuais do advogado da requerente, e que foram promovidos em ação própria por ordem do magistrado às fls. 41.

Para então concluir que (e-STJ, fl. 253):

Verifica-se que a decisão recorrida limitou-se a determinar a ordem de levantamento dos valores penhorados no rosto dos autos, conforme ressaltado na própria decisão recorrida.

Assim, as irresignações concernentes aos valores a serem levantados não devem ser conhecidas, porque ofendem ao princípio da dialeticidade.

Então, conhece-se e passa-se à análise apenas do inconformismo referente à ordem das penhoras.

O agravante pretende que a ordem das penhoras seja fixada conforme o art. 612 do CPC determina.

Ocorre que, embora seja caso de concurso particular ou especial - previsto no art. 613 do CPC o - qual envolve a pluralidade de penhoras sobre um mesmo direito, o pagamento segue a regra do art. 711 do CPC, segundo o qual "concorrendo vários credores, o dinheiro ser-lhes-á distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas prelações; não havendo título legal à preferência, receberá em primeiro lugar o credor que promoveu a execução, cabendo aos demais concorrentes direito sobre a importância restante, observada a anterioridade de cada penhora".

Por isso, a decisão recorrida deve ser mantida, pois seguiu estritamente a disposição do supracitado artigo.

Assim, decidiu-se pela manutenção da decisão judicial que, diante da existência de vários credores, a teor do art. 711 do CPC/1973, concluiu existir título preferencial – crédito trabalhista, bem como título de natureza alimentar – honorários advocatícios, razão de determinar o levantamento das quantias relacionadas.

Por sua vez, a parte desenvolve sua argumentação buscando demonstrar que se está privilegiando credor comum com penhora posterior e sem título de preferência, bem como que inexistente concurso de credores.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, além de tal argumentação se apresentar dissociada do contexto decisório, a parte recorrente não impugnou a fundamentação utilizada no acórdão relativamente a existência de título preferencial – o crédito trabalhista, bem como de título de natureza alimentar – os honorários advocatícios. Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e 284 do STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DEMORA INJUSTIFICADA NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. RAZÕES DISSOCIADAS DA MATÉRIA TRATADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO VALOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Não se conhece de recurso especial cujas razões estão dissociadas da matéria tratada pelo acórdão recorrido. Súmula 284/STF.

(...)

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 774.370/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015.)

CONSUMIDOR E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CLÁUSULA EXCLUDENTE DA COBERTURA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SFH. ACÓRDÃO FUNDADO NO CDC. NULIDADE DA CLÁUSULA. ART. 51, IV, DO CDC. ESPECIAL DISTANCIANDO-SE DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. TESE SUFICIENTE NÃO IMPUGNADA. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.507.662/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/8/2015, DJe 28/8/2015.)

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator